



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

1 **SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS**
2 **SUPERFICIAIS - CTASP**

3 A segunda reunião ordinária da Câmara Técnica de Águas Superficiais- CTASP
4 teve lugar na SEMA, 15º andar, auditório, Av. Borges de Medeiros, 261 - Centro
5 Histórico - Porto Alegre, no dia quinze de Março de dois mil e dezoito, às 09h.

6 **Membros Presentes:** **Eduardo Condorelli** – Presidente – Representante Comitê
7 Negro; **Julio Salecker** – Vice-Presidente – Representante Comitê Taquari-Antas;
8 **Eldo Frantz Costa** – Representante Comitê Santa Maria; **Ivo Mello** –
9 Representante Comitê Ibicuí; **Adolfo Klein** – Representante Comitê Sinos;
10 **Sérgio Cardoso** – Representante Comitê Gravataí; **Ivan Viana** – Representante
11 Comitê Várzea; **Alex da Silva Corrêa** – Representante Comitê Litoral Médio;
12 **Eduardo Stumpf** – Representante Comitê Baixo Jacuí; **Luis Feijó** –
13 Representante Secretaria da Saúde; **Rejane de Abreu** – Representante
14 DRH/SEMA; **Daiana Althaus** – Representante DRH/SEMA; **Valquíria Chaves** –
15 Representante Secretaria de Minas e Energia; **Reinaldo Gambim** –
16 Representante Secretaria dos Transportes; **Maj. QOEM Silvio Luis Gonçalves** –
17 Representante Secretaria de Segurança Pública/PATRAM; **Leandro Jacobsen** –
18 Representante SEAPI. **Demais Presentes:** **Fernando Meirelles** - DRH/SEMA;

19 **Gabriel Frota** – CRH/SEMA; **Carmem Silva** – CRH/SEMA; **Kely Boscatto** –
20 CRH/SEMA. O Presidente **Eduardo Condorelli** dá início à reunião, saudando a
21 todos e, não havendo nenhuma manifestação quanto à inclusão de itens ou
22 alteração da ordem da pauta, entra na ordem do dia. **Item 1. Aprovação da ata**
23 **da 1ª Reunião Ordinária da CTASP:** Os membros presentes dispensam a leitura
24 da ata e o Presidente decide, portanto, colocar a mesma em regime de votação.

25 **Aprovado por maioria com uma abstenção do Comitê Várzea.** Devido à
26 ausência do Diretor do DRH Fernando Meirelles no início da reunião, passou-se
27 para o item 4 da pauta. **Item 4. Relato do GT sobre a elaboração de minuta**
28 **para proposta de Resolução dos Critérios de Classificação de Barragens e**
29 **Açudes para atendimento da Lei Federal nº 12.334/2010 (Art. 7º e 8º) –**
30 **Alteração do Decreto nº 52.931:** O Presidente **Eduardo Condorelli** faz breve

31 relato sobre os trabalhos do GT. Coloca que um dos temas trabalhos é sobre o
32 Decreto 52.931, pois trata de reservatórios destinados à irrigação, não tratando
33 sobre reservatórios com finalidades para outros usos. Portanto, estes
34 reservatórios, atualmente, estariam legalmente descobertos. Outro tema tratado
35 no GT foi a questão dos planos de segurança de barragens. Cita que há a Lei
36 Federal 12.334 que trata sobre isso, há o Decreto Estadual 52.931 e também a
37 Portaria 136, que também versa sobre esta matéria. Coloca que há uma
38 compreensão de que apenas a Portaria trata de barragens e açudes, enquanto os
39 outros instrumentos legais tratam apenas de barragens. Coloca que, portanto, há
40 a discussão no GT se irá se trabalhar apenas com a segurança de barragens e se
41 alteraria a portaria ou irá se trabalhar com reservatórios, sendo assim necessário
42 alterar o Decreto Estadual. Afirma ainda que a atribuição do GT e da CTASP seria
43 de elaborar uma recomendação de alteração de algum destes documentos legais.
44 Quanto ao terceiro item debatido no GT, coloca que a proposta é consultar os
45 Comitês quanto a pertinência dos números estabelecidos no Decreto referentes
46 às dispensas de outorga em cada uma das bacias do Estado. Cita que a
47 demanda já foi encaminhada ao Fórum Gaúcho de Comitês para que o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

48 coordenador encaminhe aos Comitês. Coloca ainda que a possibilidade é de
49 reduzir os valores, não elevar. Após breves debates e esclarecimentos, o relato
50 do GT deu-se por encerrado. Neste momento, com a presença do Diretor do DRH
51 Fernando Meirelles, retornou-se ao item 2 da pauta. **Item 2. Apresentação do**
52 **DRH de minuta com proposta de critérios para renovação automática para**
53 **portaria de outorgas de usos não consuntivos:** Fernando Meirelles expõe
54 que a proposta é que as portarias de outorga sejam renovadas automaticamente
55 a cada 5 anos, desde que não existam usos consuntivos atuais ou previstos
56 afetados por estes e desde que a licença ambiental esteja vigente. Coloca que no
57 caso de manifestação de pretensão de usos consuntivos que possam ser
58 afetados por uso não consuntivo, o Comitê de Bacia deverá se manifestar. Após
59 breves debates, **Rejane de Abreu**, representante do DRH/SEMA, esclarece que o
60 Decreto 37.033/96 estabelece que, enquanto o Comitê não definir, no seu plano
61 de bacia, as vazões para dispensa de outorga, o DRH poderá defini-las. Portanto,
62 o Decreto 52.931, que hoje esta sendo debatido, fez exatamente o que foi citado,
63 definindo as vazões para dispensa onde não há definições via plano de bacia.
64 Após mais esclarecimentos, o Presidente **Eduardo Condorelli** solicita que, para a
65 próxima reunião, o Diretor Fernando Meirelles traga a proposta de minuta pronta
66 para apreciação e acompanhado de uma recomendação de alteração do Decreto
67 37.033 que precisará ser ajustado quanto ao seu limite de prazo de uma outorga,
68 e se tentará levar em consideração, nesta proposta de minuta, que para alguns
69 empreendimentos o prazo da outorga possa ser um pouco maior. **Item 3.**
70 **Apresentação do DRH/CBH Sinos de minuta com proposta para distinção,**
71 **nas concessões às empresas de abastecimento público, das parcelas de**
72 **abastecimento às populações, usos comerciais e usos industriais,**
73 **considerando os usos prioritários da água:** O Presidente **Eduardo Condorelli**
74 coloca que a legislação trata como prioridade o abastecimento humano apenas e
75 não o uso industrial e comercial. Porém, hoje, na prática, tudo acaba sendo
76 englobado no abastecimento publico, não havendo tal distinção nas situações de
77 escassez de água. **Fernando Meirelles** coloca que a ideia é que as empresas
78 concessionárias ou as prefeituras municipais que recebam outorga para
79 abastecimento público, como expresso no SIOUT, deverão apresentar para o
80 órgão gestor estadual até 31 de março de cada ano a distribuição mensal dos
81 volumes de água tratada e bruta entre as tipologias de consumidores. Cita que os
82 consumidores serão divididos entre residenciais, comerciais, industriais, de
83 serviços, públicos, estabelecimentos de saúde e mistos. Coloca também que a
84 distribuição entre os usuários deve apresentar preferencialmente os volumes
85 micromedidos. Na ausência destes, deve ser utilizada o número de economias em
86 cada tipologia. Expõe que no caso de necessidade de restrição de uso e nas
87 bacias especiais, serão assegurados os usos definidos como prioritários na
88 Legislação Federal e Estadual e, posteriormente, os demais usos de acordo com
89 a hierarquização estabelecida no Plano de Bacia. No caso de restrição de uso, a
90 vazão captada nos corpos hídricos superficiais pelas concessionárias ou
91 prefeituras para distribuição no meio urbano será reduzida inicialmente ao
92 percentual do volume distribuído para as residências, para os estabelecimentos
93 públicos e privados do serviço de saúde e para as escolas. Fernando Meirelles
94 apresenta a proposta detalhadamente e, após debates e esclarecimentos, o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

95 Presidente **Eduardo Condorelli** coloca que há duas possibilidades de
96 encaminhamento. Expõe que, em primeiro momento, deve se definir se o assunto
97 esta encerrado e já pode ser encaminhado para apreciação ou se os membros da
98 CTASP acreditam que seja necessário tempo para leitura e análise da proposta,
99 para ser apreciada na próxima reunião. Após breve debate, os membros da
100 CTASP colocam que demandam mais tempo para análise da proposta. Portanto,
101 ficou acordado que o material será encaminhado aos membros da Câmara
102 Técnica, para ser definido o encaminhamento na próxima reunião. Foi acordado
103 também que o assunto seja encaminhado a todos os Comitês, via Fórum Gaúcho
104 de Comitês, para que, no prazo de 30 dias, os Comitês possam analisar a
105 proposta e fazer qualquer manifestação quanto ao assunto. **Item 5. Relato do GT**
106 **sobre a elaboração de minuta de definição de vazão remanescente nas alças**
107 **de CGH's e PCH's: Julio Salecker**, Vice-Presidente da CTASP e coordenador do
108 GT de Vazão Remanescente, inicia o relato colocando que o GT fez um total de
109 duas reuniões e conseguiu chegar a um consenso quanto à proposta de minuta.
110 Comenta que a proposta inicial é que esta resolução fosse apenas para CGH's e
111 PCH's. Porém, durante a construção, optou-se por dar um tratamento genérico,
112 para todos os tipos de barramentos. Nesse sentido, **Eldo Costa** coloca que o
113 encaminhamento do CRH para a CTASP era no sentido de regradar apenas a vazão
114 remanescente nas alças de PCH's e CGH's e, portanto, como o GT decidiu por
115 inserir todos os tipos de barramento neste regramento, coloca que deve-se
116 encaminhar esta minuta para os Comitês, via Fórum Gaúcho de Comitês, com o
117 intuito de todos os usuários terem conhecimento e poderem se manifestar quanto
118 a este regramento, previamente a sua aprovação e publicação. Após mais
119 esclarecimentos e debates, ficou acordado que esta proposta de minuta será
120 encaminhada a todos os Comitês via Fórum Gaúcho de Comitês para análise e
121 manifestações, tendo o prazo de 60 dias para os Comitês se pronunciarem. Após
122 isso, será debatido o encaminhamento na CTASP. Nada mais havendo a tratar
123 neste item da pauta, o Presidente entra nos assuntos gerais. **Assuntos Gerais: O**
124 Presidente **Eduardo Condorelli** coloca que tem, para os assuntos gerais, uma
125 proposta de Calendário para a CTASP no ano de 2018. As datas são as
126 seguintes: 19/04, 17/05, 21/06, 19/07, 16/08, 27/09, 18/10, 20/12. Os membros da
127 CTASP aprovam o calendário proposto. Nada mais havendo a tratar, o Presidente
128 deu a reunião por encerrada.